

Conselho de Educação pode ser dissolvido

Diante da total inoperância e do indisfarçável envolvimento da maioria dos conselheiros com o ensino privado, o professor Arlindenor Pedro, com apoio de outros membros do colegiado, formalizará hoje o pedido de dissolução do Conselho Estadual de Educação ao Governador Moreira Franco. Segundo denúncia de Arlindenor, "é descabível a um órgão fiscalizador rejeitar 30 processos envolvendo o Colégio Pio XII enviados pela Comissão de Encargos Educacionais".

Arlindenor, presidente em exercício da Comissão, disse que a Comissão vem recolhendo denúncias de pais de alunos de que o acordo entre proprietários de escolas e o governo do estado não está sendo cumprido. "Ao enviar essas denúncias ao plenário, elas são simplesmente rejeitadas, como aconteceu com as que envolvem o Colégio Pio XII", disse.

Ele destacou, ainda, que entre as irregularidades não fiscalizadas pelo Conselho está a intenção de os proprietários das escolas privadas quererem aplicar o último decreto do presidente Sarney, que estipula fórmula para reajustes das mensalidades, como forma para evitar um novo acordo.

Sobre a dissolução do Conselho — que será anunciada hoje, às 15h, durante coletiva na Curadoria da Justiça do Consumidor — Arlindenor explicou que a proposta é de se formar um novo colegiado, "com bases mais democráticas", formado por representantes de entidades estudantis, associações de pais de alunos, professores e outras categorias envolvidas com a Educação.

Segundo o Presidente em exercício da Comissão, o procedimento de indicação continuará o mesmo com o governador determinando a nova composição do colegiado.

Paralelamente à tentativa de Arlindenor de moralizar o Conselho, a deputada estadual Jandira Feghali (PC do B) dará entrada, hoje, no pedido de formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar toda a situação do sistema de ensino no Estado. Segundo Jandira, "o Conselho deveria ser um órgão de normatização e fiscalização, e isso não está acontecendo".

Caso consiga dois terços das assinaturas na Assembléia, a CPI de Jandira passará a funcionar imediatamente. Além da CPI, a deputada é autora do projeto que pretende mudar a composição do Conselho: "Dentro do Conselho atual, formado por 21 membros nomeados pelo governador, muitos são proprietários de escolas. Daí a necessidade de incluir entre eles pessoas representativas de outras categorias", disse ele.